

«**Porta Mágica**»

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2019

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

ÍNDICE GERAL

	Nota Indrodutória -----	3
1)	Nota 1 - Identificação da entidade -----	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras -----	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas -----	4
4)	Nota 4 - Fluxos de caixa -----	8
5)	Nota 5 - Clientes -----	8
6)	Nota 6 - Fornecedores -----	9
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos -----	9
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos -----	9
9)	Nota 9 - Inventário -----	10
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis -----	10
11)	Nota 11 - Ativos fixos intangíveis -----	12
12)	Nota 12 - Fundos patrimoniais -----	13
13)	Nota 13 - Resultados transitados -----	13
14)	Nota 14 - Fornecimentos e serviços externos -----	13
15)	Nota 15 - Gastos com pessoal -----	14
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas -----	15
17)	Nota 17 - Resultados financeiros -----	15
18)	Nota 18 - Eventos subsequentes -----	15
19)	Nota 19 - Informações exigidas por diplomas legais -----	16

Nota Introdutória

1) Nota 1 – Identificação da entidade

A Porta Mágica, tem a sua sede em Montemor-o-Novo, com o número de identificação fiscal (NIF) 508054036

2) Nota 2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

Em 2019 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), e de acordo, com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimo e diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Porta Magica são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como a conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se sujeita a IRC relativamente à sua atividade comercial e isenta na sua atividade estatutária e ainda em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por partes das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), expeto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais de Associação dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitos a revisão.

A Associação procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Associação, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custei habitual, ou em alternativa o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “ Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fundos patrimoniais

Esta conta inclui o fundo inicial, os resultados futuros, reservas, subsídios e donativos associados com ativos tangíveis ou intangíveis e outras variações nos fundos patrimoniais.

3.9. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da possibilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outra contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

A Instituição não recorreu a quaisquer financiamentos bancários.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da concentração recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontram cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente/utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.13. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmo reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4) Nota 4 – Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-Dez-19	31-Dez-18
Caixa	287	63
Depósitos à ordem	24.271	2.653
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	24.558	2.716

5) Nota 5 – Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2019 e 2018 apresenta a seguinte composição:

CLIENTES	31-Dez-19	31-Dez-18
Clientes c/c	-	-
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

6) Nota 6 – Fornecedores

FORNECEDORES	31-Dez-19	31-Dez-18
Fornecedores c/c	10.952	8.760
Fornecedores títulos a pagar	-	-

Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	10.952	8.760
Adiantamentos a fornecedores	-	-

7) Nota 7 – Financiamentos obtidos

E 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o saldo da rubrica “financiamentos obtidos” está discriminado como se segue:

A Associação não obteve quaisquer financiamentos.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-Dez-19	31-Dez-18
Empréstimos bancários	-	-
Descobertos bancários	-	-
Contas caucionadas	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-
Locações financeiras	3.977	6.514
Outros empréstimos	-	-
TOTAL	3.977	6.514

8) Nota 8 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresenta os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-Dez-19	31-Dez-18
Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(53.968)	(24.204)
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(5.088)	(4.296)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(48.589)	(19.617)

Porta Mágica
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

Outros impostos e taxas	(291)	(291)
TOTAL	(53.968)	(24.204)

9) Nota 9 – Inventário

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS	31-Dez-19	31-Dez-18
Inventário Inicial	-	-
Compras de inventários	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
CMVMC – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Inventário Final	-	-

10) Nota 10 – Ativos fixos tangíveis

A tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2019 e 2018:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de Dezembro de 2019				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01-Jan-19	Dotações	Transf.	Revalorizações	31-Dez-19
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	732.283	-	-	-	732.283
Equipamento básico	57.176	-	-	-	57.176
Equipamento de transporte	77.786	-	-	-	77.786
Equipamento administrativo	3.789	-	-	-	3.789
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	23.230	-	-	-	23.230
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	894.264	-	-	-	894.264
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(113.977)	(38.628)	-	-	(152.605)
Equipamento básico	(23.031)	(7.540)	-	-	(30.571)
Equipamento de transporte	(18.044)	(14.215)	-	-	(32.259)
Equipamento administrativo	(2.344)	(535)	-	-	(2.879)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-

Porta Mágica
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

Outros ativos fixos tangíveis	(5.302)	(3.029)	-	-	(8.331)
Total de depreciações acumuladas	(162.698)	(63.947)	-	-	(226.645)
Total do ativo líquido	731.566	(63.947)	-	-	667.619

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01-Jan-18	Dotações	Transf.	Revalorizações	31-Dez-18
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	732.283	-	-	-	732.283
Equipamento básico	57.176	-	-	-	57.176
Equipamento de transporte	53.950	23.836	-	-	77.786
Equipamento administrativo	3.789	-	-	-	3.789
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	22.911	319	-	-	23.230
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	870.109	24.155	-	-	894.264
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(75.349)	(38.628)	-	-	(113.977)
Equipamento básico	(15.176)	(7.855)	-	-	(23.031)
Equipamento de transporte	(7.802)	(10.242)	-	-	(18.044)
Equipamento administrativo	(1.313)	(1.031)	-	-	(2.344)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(2.293)	(3.009)	-	-	(5.302)
Total de depreciações acumuladas	(101.933)	(60.765)	-	-	(162.698)
Total do ativo líquido	768.176	(36.610)	-	-	731.566

11) Nota 11 – Ativos fixos intangíveis

A tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos intangíveis em 2019 e 2018:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de Dezembro de 2019				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01-Jan-19	Dotações	Transf.	Revalorizações	31-Dez-19
Ativo bruto					
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	450	-	-	-	450

Porta Mágica
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

Outros ativos intangíveis	42.343	-	-	-	42.343
Total do ativo bruto	42.793	-	-	-	42.793
Depreciações acumuladas					
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	(188)	(150)	-	-	(338)
Outros ativos intangíveis	(42.343)	-	-	-	(42.343)
Total de depreciações acumuladas	(42.530)	(150)	-	-	(42.681)
Total do ativo líquido	263	(150)	-	-	112

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01-Jan-18	Dotações	Transf.	Revalorizações	31-Dez-18
Ativo bruto					
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	450	-	-	-	450
Outros ativos intangíveis	42.343	-	-	-	42.343
Total do ativo bruto	42.793	-	-	-	42.793
Depreciações acumuladas					
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	(38)	(150)	-	-	(188)
Outros ativos intangíveis	(28.226)	(14.117)	-	-	(42.343)
Total de depreciações acumuladas	(28.264)	(14.267)	-	-	(42.530)
Total do ativo líquido	14.529	(14.267)	-	-	263

12) Nota 12 – Fundos patrimoniais

A decomposição desta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

RUBRICAS	31-Dez-19	31-Dez-18
Fundos	-	-
Reservas	37.171	37.171
Resultados transitados	158.922	189.533
Outras variações de fundos patrimoniais	-	-
Subsídios	463.030	507.146

Resultado líquido do exercício	(13.400)	(30.611)
Total dos fundos patrimoniais	645.723	703.239

13) Nota 13 – Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica “resultados transitados”.

14) Nota 14 – Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

FORNCECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-Dez-19	31-Dez-18
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	118.198	129.037
Trabalhos especializados	12.648	9.580
Publicidade e propaganda	220	182
Vigilância e segurança	81.465	85.998
Honorários	1.246	12.018
Comissões	-	-
Conservação e reparação	6.208	12.477
Outros	16.411	8.782
Materiais	8.139	7.295
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.904	6.701
Livros e documentação técnica	122	291
Material de escritório	1.113	303
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluídos	25.288	37.904
Electricidade	12.469	28.290
Combustíveis	10.468	7.219
Água	2.351	2.356
Outros	-	39
Deslocações, estadas e transportes	5.470	4.536
Deslocações e estadas	5.470	4.386
Transportes de pessoal	-	-

Porta Mágica
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

Transportes de mercadorias	-	150
Outros	-	-
Serviços diversos	23.276	22.712
Rendas e alugueres	10.405	6.583
Comunicação	2.274	2.154
Seguros	3.907	4.137
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	128	437
Despesas de representação	36	-
Limpeza, higiene e conforto	6.526	9.401
Outros serviços	-	-
TOTAL	180.371	201.484

15) Nota 15 – Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

GASTOS COM PESSOAL	31-Dez-19	31-Dez-18
Remuneração dos órgãos sociais	-	-
Remuneração do pessoal	501.289	479.143
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	11.712	260
Encargos sobre remunerações	98.031	88.204
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.547	11.193
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com pessoal	8.132	1.663
TOTAL	621.711	580.463

16) Nota 16 – Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica “outros gastos e perdas”, considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-Dez-19	31-Dez-18
Impostos	1.056	410
Descontos de pronto pagamento concebidos	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	756	-
Donativos	-	20

Quotizações	120	80
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para imposto	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	234
TOTAL	1.932	744

17) Nota 17 – Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2019 e 2018:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-Dez-19	31-Dez-18
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	314	880
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	314	880

18) Nota 18 – Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

19) Nota 19 – Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.